

MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO

[SOCIAL MOVEMENTS IN SOCIETY IN ITS MEDIATIZATION]

Joel Felipe Guindani

Universidade Federal do Pampa

Davide Carbonai

Universidade Federal do Pampa

Resumo: Este artigo apresenta a relação entre movimentos sociais e o novo momento societário, de crescente midiatização, o qual é ativado por técnicas de comunicação e por práticas comunicacionais decorrentes dos fluxos informacionais. Articula reflexões gerais sobre movimentos sociais, aproximando-as dos fenômenos oriundos da ambiência comunicacional contemporânea, caracterizados como ação produtora de sentido, que estimula, provoca e, em alguns momentos, orienta o ritmo das ações coletivas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Midiatização; MST.

Abstract: This paper presents the relationship between social movements and the new SOCIAL time of increasing mediatization, which is enabled by communication techniques and communication practices stemming from information flows. Articulates general reflections on social movements, approaching OF the phenomena arising from the contemporary communicational ambiente characterized as a producer of action of sense that stimulates, provokes and, at times, guides the pace of collective actions.

Keywords: Social Movements; Mediatization; MST.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a relação entre movimentos sociais e o novo momento societário, de crescente midiatização, o qual é ativado por técnicas de comunicação e por práticas comunicacionais decorrentes dos fluxos informacionais. Articula reflexões

gerais sobre movimentos sociais, aproximando-as dos fenômenos oriundos da ambiência comunicacional contemporânea, caracterizados como ação produtora de sentido, que estimula, provoca e, em alguns momentos, orienta o ritmo das ações coletivas.

Evidencia-se que as lógicas da midiatização social são capitais para as diversas articulações, projetos, pautas e reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos. Ressalta-se que a midiatização social não é um fenômeno que orienta ou que determina a totalidade das ações coletivas, mas um campo de disputa, ocupação, resistência, produção alternativa, que facilita as novas práticas contestatórias e contra-hegemônicas. Em outras palavras, identificamos a midiatização social como um campo comunicacional que também é atravessado por práticas culturais diversas, as quais potencializam uma rede complexa de distintas práticas sociais, políticas e econômicas, seja por sujeitos ou por instituições, através das tradições enraizadas nos modos de vida, na história, ou a partir dos pertencimentos religiosos e culturais, das disputas e das relações de poder estruturadas historicamente, sobretudo anteriores aos processos tecnológicos de comunicação.

O presente artigo estrutura-se do seguinte modo: apresentação da polissemia conceitual sobre movimentos sociais; aspectos teóricos que articulam a noção de midiatização social a partir da investigação das práticas comunicacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

INTERPRETAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Iniciamos essa reflexão com algumas das principais abordagens sobre a noção de movimentos sociais, evidenciando, posteriormente, as tendências que se aproximam do fenômeno por nós investigado.

A definição de movimento social pode ser mais ou menos inclusiva. No primeiro caso, os movimentos sociais podem ser considerados como redes de relações informais, entre uma pluralidade de atores – indivíduos e coletivos – mais ou menos estruturados do ponto de vista organizativo. Consideradas estas características – o nível

de conotação e o âmbito de extensão do conceito – enquanto os partidos e os grupos de pressão seriam definidos em relação dos limites da organização – quem não subscreve uma filiação, está fora do partido – os movimentos sociais são compostos por redes dispersas, que conectam pessoas, que se sentem parte de uma ação coletiva, geralmente na base de alguns valores compartilhados.

Em outros termos, é possível aderir a um movimento sem aderir a uma específica organização. Não obstante, os movimentos possam incluir, segundo as condições, organizações dotadas de uma estrutura formal, “os movimentos não são organizações”, pois a burocracia ou a verticalização das funções destoam da participação democrática (COTTA, DELLA PORTA, MORLINO, 2001, p. 129). O fato desses atores poderem se relacionar entre si, em uma estrutura reticular, possibilita a circulação de recursos – materiais, simbólicos, normativos – necessários à interpretação da realidade e conseqüentemente à ação social. Quer dizer, os membros de um movimento social compartilham um sistema de crenças, que gera uma nova identidade coletiva. Quanto mais compartilhados os símbolos, os valores e os sistemas de interpretação do mundo, mais forte será o movimento. Desde que um movimento social elabora visões do mundo e sistemas de valores alternativos aos dominantes, vem se formando um vocabulário alternativo de ideias e linhas de ação, anteriormente desconhecidas ou até inconcebíveis (GUSFIELD, 1981). Por isso que os movimentos são considerados como protagonistas da mudança social, desafio à rotina e a sua superação.

Enquanto as análises marxistas, tradicionalmente, focavam a mudança social na relação entre capital e trabalho, as transformações sociais do segundo pós-guerra atraíram o interesse de inúmeros pesquisadores que se focalizaram em cima de outros critérios de estratificação não fundados na colocação de classe (como no caso do gênero ou da geração). Conotações como “velhos e novos movimentos sociais” começam a ser consideradas por distintas perspectivas analíticas, as quais buscam diferenciar as formas de atuação, referenciando-se, sobretudo, nos eventos decorrentes da queda do muro de Berlim e do Maio de 1968.

O que caracteriza as pesquisas sobre o tema nos anos setenta é também o processo de mobilização de recursos necessários pela ação coletiva. Neste sentido, os movimentos sociais atuam de forma racional, propositiva e organizada. Por isso que os atos de protesto derivam de um cálculo dos custos e dos benefícios, que são guiados pela presença de conflitos, mas também dos recursos necessários para ativar a rede.

Do ponto de vista teórico, enquanto os estudos de participação política incluem a participação em movimentos, se tornou importante considerar o que incluir ou excluir do conceito de movimento social. Por exemplo, Lagroye (1993, p. 324), argumenta que é fundamental ter uma “motivação” e, além disso, um “efeito”. Como observado, os membros de um movimento social – ativistas, manifestantes ou militantes –, de forma mais ou menos consciente, formalizada ou não, constroem um sistema alternativo de ideias e linhas de ação (*politics*), desafiam o sistema, favorecem a mudança social, pretendem influenciar as políticas públicas, mas sem “motivação” e sem “efeito” não existe participação política, logo, ação e movimento social.

Como observado, as definições de movimento social podem ser mais ou menos inclusivas. Por exemplo, um terrorista faz parte de um movimento social? E um operário que participa de uma manifestação em prol da redução da jornada de trabalho? As diversas formas de participação, como características conotativas, reduzem ou ampliam a extensão do conceito de movimento social. As formas de participação podem definir um movimento social? Uma útil distinção das formas de participação política é aquela de Barbagli e Macelli (1985), entre participação “visível” e “invisível”: os comportamentos visíveis, explícitos, públicos, que pretendem influenciar o corpo político ou de governo, e os comportamentos mais emotivos-afetivos, privados. Ambos representam um movimento social? Neste sentido é legítimo diferenciar conforme o tipo de participação “institucionalizadas” (afiliação partidária ou sindical, associativa, etc.) ou “não-institucionalizadas” (boicotes, ocupação de terras, etc.).

Que tipo de participação caracteriza um movimento social? No caso da teoria pós-materialista da participação, por exemplo, os comportamentos políticos institucionalizados perderam força em vista dos não-institucionalizados. Uma vez

superados os limites estritos da sobrevivência material e econômica, os indivíduos estariam preocupados, cada vez mais, com questões relacionadas à sua autoexpressão, gerando uma intervenção cidadã na política. O desejo de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta acompanharia, portanto, a mudança pós-materialista. Os valores pós-materialistas estariam fortemente associados a ações políticas não-convencionais, como manifestações, boicotes, ocupações do espaço público, dentre outras formas de expressão (RIBEIRO, 2010).

Um movimento social pode existir em função do conflito com outros atores sociais. A definição de Alain Touraine, baseia-se neste conflito “manifesto com um adversário comum” (TOURAINÉ, 2003, p. 119): logo, o desaparecimento do adversário político levaria a queda do movimento. Mas essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário. Os movimentos sociais das décadas de sessenta e setenta, que lutaram contra as ditaduras militares e os governos totalitários, visibilizavam com facilidade os inimigos a combater: soldados e generais uniformizados e ditadores empunhando bandeiras e proferindo discursos em praças públicas.

Que as oportunidades de participação sejam maiores por aqueles grupos sociais caracterizados por similitudes estruturais e intensidade das relações sociais é confirmado por inúmeros estudos sobre o movimento sindical (CARBONAI, 2010). A mobilização do movimento operário foi em particular ligada à presença de grandes massas de trabalhadores que desenvolviam trabalhos similares e tendencialmente passavam junto não somente o tempo de trabalho, mas também, o tempo livre, morando em bairros socialmente homogêneos, localizados perto das fabricas.

Na América latina, os movimentos sociais são compreendidos, comumente, como resultado e a expressão das contradições de classe, gênero, econômicas, culturais e políticas. São catalizadores e, ao mesmo tempo, expressão de poder da sociedade civil e que, independente de suas demandas, sempre se desenvolvem num contexto de correlação de força social. De acordo com Gohn (2004: 251),

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas

em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A autora destaca que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não devendo ser confundido com o partidário), criando e desenvolvendo um campo de forças sociais na sociedade civil, a qual atua provocando pautas e discutindo questões socioeconômicas, políticas e culturais. Assim, as ações dos movimentos sociais emergem a partir dos interesses comuns, como um processo social e político-cultural capaz de criar uma identidade coletiva para as suas ações. Os movimentos proporcionam inovações na esfera pública e privada, participam da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade (GOHN, 2004). A participação dos movimentos afeta e modifica, portanto, a estrutura social e histórica de um país, seja ela de caráter progressista, conservadora ou reacionária, variando de acordo com as forças sociopolíticas a que estão articuladas e com os projetos políticos que constituem suas ações.

Especialmente no Brasil, de modo sintético, o fenômeno dos movimentos sociais são observados a partir de três abordagens: estrutural-determinista, político-institucional e a pluralista-articulista.

A abordagem estrutural-determinista nos oferece elementos para compreender os movimentos sociais pela perspectiva econômica, a partir das novas configurações do capitalismo (IANNI, 1985). Não se trata de uma análise linear ou economicista, mas de uma visada mais ampla para a ordem econômica, que controla os meios de produção e institui como legal a propriedade privada. Nesta perspectiva se analisa a sociedade como um todo racional, em que a posição do sujeito no mundo do trabalho já lhe indicam a sua função e modo de atuação nas lutas sociais. Quer dizer, o modo de produção capitalista, as contradições das relações de trabalho e de produção são os motivadores da ação coletiva.

Para a abordagem político-institucional os movimentos sociais emergem a partir das incompletudes dos sistemas representativos político, associativo ou sindical. Estes sistemas representativos devem ser compreendidos na esteira do Estado, o qual se fecha, autoreferencialmente, impossibilitando os movimentos sociais de intervenção

ou de qualquer acesso aos espaços decisórios e deliberativos (GAIGER, 1987). Para Vigevani (1989), as instituições políticas emanam sentidos ou visões distintas: a primeira condiz com a ineficiência representativa dos trabalhadores, sobretudo os rurais, através dos partidos políticos; e a segunda se refere às limitações que os próprios partidos políticos sofreram durante o regime militar, o que potencializou novas formas de organização e de mobilização (STRAPAZZON, 1997). Por esse caminho, os movimentos sociais se articulam a partir das oportunidades políticas (TARROW, 1994), conforme, estrategicamente, aproveitam as brechas do sistema político.

Com a abordagem pluralista-articulista, evidencia-se a compreensão de que os movimentos sociais são resultantes das diversas possibilidades de posicionamento dos sujeitos, a partir de sua formação discursiva (LACLAU, 1986). Nesta abordagem, segundo Strapazon (1997, p. 19), os movimentos sociais seriam articulações de discursos que “mobilizam várias significações, vinculadas a posição dos sujeitos (religiosas, econômicas, culturais), que os unificam e mobilizam-nos em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo.” As condições estruturais não seriam, para esta abordagem, motivação direta ou obrigatória, mas um dos diversos elementos que impulsionam a mobilização social.

É a partir dessa abordagem - pluralista-articulista - que acreditamos estar contida as fortes relações entre a comunicação e os movimentos sociais. A maneira como as diversas posições de sujeito são articuladas depende da luta discursiva, que é jogada no campo comunicacional, seja ele tecnológico ou interpessoal, pois, “todas as coisas não comunicadas e incomunicáveis, que não foram nunca confiadas a ninguém, deixam de existir, pois não há para elas lugar permanente na realidade” (TELLES, 2006, p.51).

Vale destacar, que este campo comunicacional é delineado por correlações de forças discursivas hegemônicas, as quais são características de uma determinada sociedade e época, mas que, no entanto, podem ser reproduzidas ou modificadas pelos sujeitos que compõem um movimento social.

O MST A PARTIR DAS PRÁTICAS COMUNICACIONAIS

Abordamos até aqui o cenário onde se apresentam as principais conceitualizações sobre movimentos sociais. A seguir, focaremos nossa análise nas práticas comunicacionais históricas e contemporâneas do MST, mas sem perdermos de vista o contexto social e político, os quais prefiguram como um dos elementos fundantes do problema investigado. Importante esclarecer, que a nova ordem social, que se instaura a partir das tecnologias comunicacionais e de seus respectivos fluxos informacionais, não é decorrente, apenas, de um processo tecnológico evolutivo, mas da criatividade de sujeitos organizados, que historicamente reinventam, aprimoram e delineiam formas de ser e de atuar comunicacionalmente.

Para tanto, reconhecemos, inicialmente, a luta agrária brasileira como um processo histórico complexo, marcada por uma série de tensões, de conflitos e de enfrentamentos. Neste contexto, o MST figura como o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina (CARTER, 2010), tornando-se assim um indispensável ator social a ser investigado para sabermos como são produzidas e apropriadas as estratégias contestatórias por suas lideranças, nas suas ações políticas e outras atividades que mobilizam o grupo na causa da questão agrária contemporânea.¹

A contenda agrária é milenar e de modo sintético condiz com um

[...] amplo, imediato e drástico movimento de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a participação dos camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.² (SILVA, 1971, p. 37).

Assim, a mobilização do MST reagrupa trabalhadores do campo e da cidade, na perspectiva de transformações sociais, sobretudo no enfrentamento com as novas reconfigurações do capitalismo neoliberal e, mesmo se apresentando como um problema exclusivamente econômico e político, incorpora e se atualiza a partir das

¹ O MST não possui uma data ou momento específico que defina sua origem. Para Stédile e Fernandes (1999), a origem do MST é resultante de vários locais e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978, especialmente após a expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaingangs, no município de Nonoai, norte gaúcho.

² Sobre a questão agrária, ver mais em Stédile (2005).

novas relações, estruturas e cenários de poder, conforme o seu contexto ou a sua época³. Para Görgen (2004) a mobilização acerca da questão agrária do século XXI não significa apenas a luta pela distribuição de terra ou pela produção econômica sobre ela. Da mesma forma, a sua compreensão não pode desconsiderar as diferentes áreas de estruturação, de ação e de reprodução social, como as da educação, da saúde, da política e a da cultura, dentre outras. Para tanto: “[...] existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária, no geral e, no Brasil, em particular”. (STÉDILE, 2005, p. 9)

A partir dessas considerações, a sociedade brasileira, constituída por diversos embates agrários, tem uma marca singular: a ocupação do espaço público por atores cada vez mais diversos, que reivindicam – através de inúmeras práticas contestatórias – direitos plurais, os quais impõem variadas demandas ao Estado e ao mercado.

No caso investigado, percebe-se, ainda, que os encontros pela reforma agrária se efetivam como uma ação coletiva de sujeitos heterogêneos, oriundos de diversos processos de exclusão social, composta por peões, meeiros assalariados, pequenos agricultores expropriados por grileiros e por grandes proprietários, ribeirinhos expulsos por hidrelétricas e agricultores atingidos por barragens, jovens desempregados ou idosos eliminados do sistema fabril, dentre outros. Assim, a luta pela reforma agrária se configura como “[...] um sistema multipolar de ação que combina diferentes orientações, envolve múltiplos atores que negociam e renegociam constantemente a sua ação”. (MELUCCI, 1989, p. 40) São sujeitos que, mesmo lutando por uma causa comum – a reforma agrária –, articulam saberes enraizados nas práticas culturais que mobilizam a rede de socialidade, a partir da qual a ação comunicativa e midiática cada vez mais orienta e afeta o conjunto de valores e significados que compõe e estruturam o campo simbólico e identitário.

Em outras palavras, identificamos a midiática social como um campo comunicacional que também é constituído por práticas culturais diversas, as quais potencializam uma rede complexa de distintas práticas sociais, políticas e econômicas,

³ Estudos atualizados sobre a questão são realizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mais informações em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/index.php>. Acesso em: 12 out. 2011.

seja por sujeitos ou por instituições, através das tradições enraizadas nos modos de vida, na memória, no imaginário social, ou a partir dos pertencimentos religiosos e culturais, das disputas e das relações de poder estruturadas historicamente, sobretudo anteriores aos processos tecnológicos de comunicação.

Neste campo de disputas e negociações simbólicas, a midiatização social – se limitada à ação tecnológica, encontra certa correspondência, mas, sobretudo, incompletudes para se firmar como a única referência das ações sociais e coletivas. Isto por que, por um lado, “[...] a historicidade do social é mais profunda do que aquilo que nossos instrumentos teóricos permitem pensar e nossas estratégias políticas permitem encaminhar” (LACLAU, 1981 p. 59).

Por outro lado, é impossível imaginar que um movimento social permaneça intacto a esse processo de transformação comunicacional pelo qual passa a sociedade contemporânea. Em certa medida, a comunicação tecnológica também se apresenta como um elemento essencial em qualquer movimento social, mesmo que, na prática, não se efetive processos institucionalizados ou bem definidos. Para as ações sociais contra-hegemônicas, sem dúvida, a comunicação constitui um setor tático (CERTEAU, 2011), agregando valores e facilitando a resistência mediante os poderes constituídos, bem como a interação e a mediação das organizações sociais com outros sujeitos das diferentes esferas públicas ou do próprio “mundo da vida” (HABERMAS, 1997).

Compreendemos que o fenômeno da midiatização também decorre da irreversível evolução das tecnologias de comunicação, as quais alteram as formas tradicionais de luta, mobilização e de organização coletiva. A midiatização social configura um novo *ethos*, que se caracteriza pela articulação dos meios de comunicação e informação com as demais instâncias mediadoras da vida social. Ou seja, este fenômeno é parte de uma atmosfera afetiva mais ampla (emoções, sentimentos, atitudes, rituais) em que se movimenta uma determinada construção social (SODRE, 2006).

Para Eliseo Verón (1997, p. 9), a midiatização opera sob múltiplas lógicas, não podendo ser identificada uniformemente ou de modo isolado no mundo da ação coletiva. Segundo este autor, a midiatização se efetiva a partir de “[...] diversos

mecanismos, segundo os setores da prática social, produzindo distintas consequências”. As formas de apropriação tecnológica e de produção de conteúdo também integram os processos de midiaticização social: a comunicação multimidiática, potencializada pela rede virtual, está cada vez mais presente no cotidiano das mobilizações (FAUSTO NETO, 2006). Todavia, como enfatiza Peruzzo (1989: s.p.), os movimentos sociais, têm tido dificuldades para utilizar a comunicação de forma satisfatória:

Além de, por vezes, se explorar pouco a comunicação, ela tem sido feita de forma demasiadamente amadorística. Em geral as ações de comunicação são tópicas e sem preocupação com a continuidade ou cultivo de processos comunicativos, seja ao nível da mobilização ou do relacionamento na sociedade.

Para os militantes entrevistados, é consenso que a constituição do MST é resultante das condições políticas e econômicas, mas, sobretudo, das marchas, romarias e demais mobilizações comunicacionais.

No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, provindas de diversos Estados, reuniram-se no acampamento “Encruzilhada Natalino” e, para Alceu,⁴ “[...] foi neste grande evento que o MST começou a crescer como um movimento nacional [...]. A mídia burguesa ficou de olho, porque sabia da nossa organização com a Igreja e com o povo”.

A midiaticização, nesse período histórico, ainda é insipiente, mas já se manifesta como a mediação dos sentidos da luta pela terra, através dos pronunciamentos públicos, da elaboração de panfletos, cartazes, faixas, bandeiras, canções, palavras de ordem, como através de outras formas de comunicação, as quais embalavam, davam o tom e o ritmo às primeiras marchas, que, para Adelar, militante desde a fundação do MST, eram popularmente chamadas de “romarias”: “[...] a nossa primeira forma de chamar a atenção eram as marchas. Mas a gente fazia a romaria, por que isso é da história da igreja, que estava com a gente desde o início.” As romarias, modo de mobilização mais comum na década de 1990, desempenharam um duplo papel ou forma de mediação cultural: de manifestação religiosa e profética, como de contestação e de

⁴ Para manter a privacidade dos informantes, daqui em diante, todos serão identificados por um codinome.

enfrentamento político, pois ao mesmo tempo sustentavam e garantiam a força integradora interna, através das orações, celebrações e cantigas e que se articulavam com a necessidade de negociação com os diversos poderes e esferas do Estado e da sociedade civil. Assim, a mediação operava de modo relacional a partir das mediações culturais não tecnológicas. Quer dizer, a mediação social, nesse contexto histórico,

[...] fundamenta-se em relações interdependentes – e ecológicas – entre tecnologias, as novas formas de conhecimento científico, os saberes tradicionais da cultura, as formações imaginárias do mundo da vida, e a apropriação e reconstrução subjetiva que realizam os indivíduos e as comunidades nas suas práticas cotidianas. (VIZER, 2008, p. 33)

Nas romarias, as práticas comunicacionais – mediadas sob forma da oralidade, no grito das palavras de ordem, nas rezas e nos cantos entoados que ecoavam das vozes vivas e enfileiradas – fortaleciam as longas e penosas caminhadas, como a própria coesão política do grupo: “[...] a questão da terra sempre foi um pouco religiosa, que mexe com a fé e a emoção das pessoas e que dava ânimo pra gente seguir em frente”, destaca o militante. Percebemos que a informação oral, cantada e rezada apresenta-se mais do que um signo, pois fornece os conteúdos que alimentava o substrato de onde vinha e vêm a sua força: a tradição aliada às crenças religiosas é responsável pela mediação dos sentidos que construíram as bases da ideologia transformadora, fortalecendo os projetos comunitários e coletivos do MST.

Adelar diz não recordar sobre alguma cobertura televisiva da mídia comercial durante o principal encontro realizado em 1981, mas apenas entrevistas para rádios locais, que aos poucos foram revelando ao Brasil os rumos das conquistas e manifestações: “[...] tinha um pessoal que fazia umas filmagens, mas eram nossos companheiros [...]. As rádios falavam de nós todos os dias. Um falavam bem e outras mal”.

Ajustados às formas de visibilidade tradicionais, como as marchas e romarias, a relação do MST com os meios de comunicação comercial sempre ocorreu sob múltiplas tensões, quer seja por esses meios expressarem a visão da classe economicamente dominante, quer pela forma descontextualizada como eram e são

veiculadas as notícias sobre as suas ações. Não raro, ainda hoje, perpetuam-se visões ideologizadas sobre o MST, que dizem respeito às significações construídas pela ação hegemônica da comunicação comercial – rádio, televisão, jornal e *internet* –, que difundem e fazem circular informações sobre os militantes associadas aos sentidos de “invasores”, “depredadores” e “baderneiros”. Esta modalidade de midiatização social se constitui a chave hermenêutica para compreender como se constroem os discursos que rejeitam as ações vinculadas ao MST, dos quais derivam o temor, o horror e o ódio, que perpetuam e fortalecem o estigma da exclusão social.

O processo de midiatização social é complexo e nem sempre é claro ou compreendido pelos sujeitos entrevistados, sobretudo enquanto imbricações do midiático massivo e do comunicacional com as demais formas tradicionais de mobilização. Embora a presença de sentidos midiatizados na construção da rede simbólica a respeito da luta pela questão agrária tenha relativa centralidade, para os líderes do MST entrevistados, as estratégias de comunicação são importantes, mas não se constituem o centro das suas ações: “[...] a gente investe na comunicação, mas ela não é central”, enfatiza Alceu.

No entanto, ao ser questionado sobre qual é o seu entendimento de comunicação, percebe-se que o mesmo se refere aos investimentos realizados em tecnologias, como o jornal, o rádio, a revista e o *site*. Já os debates interpessoais e coletivos, como as demais formas de mobilização pública, de acesso ou de apropriação informacional, são compreendidos à parte, enquanto prática comunicacional atuante e indispensável.

Essa percepção nos permite analisar a mobilização social acerca da questão agrária como um problema mediado por distintas práticas sociocomunicacionais e não, necessariamente, como um fenômeno resultante apenas de suportes tecnológicos e/ou midiáticos. Assim, a noção de midiatização social é ampliada aos processos comunicacionais, que se expressam através das relações intersubjetivas, interpessoais, coletivas, as quais permeiam a construção da subjetividade, seja religiosa ou cultural, que se fundamentam no campo da linguagem, da argumentação pública e da apropriação e ressignificação informacional.

Para os próprios militantes, a compreensão fragmentada da midiática social é o problema atual enfrentado pelo MST. Para outra liderança nacional, a não compreensão de que a reforma agrária é resultante de uma ação comunicacional mais complexa – histórica, interpessoal, informacional e midiática –, impossibilita as ações coletivas mais amplas. Essa visão tem levado o MST a uma posição de contra-ataque, sobretudo quando a questão é a disputa de sentidos que se trava a partir de algum acontecimento ou fato que lhe afeta diretamente:

[...] a ocupação da Cutrale⁵ foi uma vitória política pra nós e a grande mídia deu uma grande cobertura. Mas se formos ver a opinião da população não foi tão boa assim, porque eles assistiram uma pequena parte [...], só a gente derrubando os pés de laranja. Parece que a gente saiu ganhando e depois eles viraram o jogo [...]. Talvez, faltou de nossa parte essa comunicação mais diversificada com a sociedade para esclarecer as coisas. (Adílio, militante do MST em São Paulo)

Nesse depoimento, observa-se que o MST considera crucial a visibilidade pública e midiática de suas ações. É através das práticas comunicacionais que se estabelece o diálogo com a sociedade e se obtém a legitimidade pública de suas táticas, sem a qual é impossível o agendamento das reivindicações, bem como a possível deliberação por parte do Estado. Porém, percebe-se que a visibilidade ou qualificação das informações disponibilizadas ainda é refratária ao campo da mediação política: “[...] no caso da Cutrale, a gente não sabe se faltou mais formação política ou outro tipo, mais ideológica, para que o resultado daquela ação fosse melhor pra nós”, destaca João, outra liderança nacional.

A prática comunicacional do MST é, também, marcada pela instrumentalidade tecnológica, em que a comunicação se sujeita a alguma ordem política; operando como um espaço mediador, de resposta ou de “salva-vidas” do projeto político-ideológico. Essa questão também é levantada por Altair, outra liderança do MST, o qual defende a necessidade de maior investimento em um “projeto de comunicação”,

⁵ A Cutrale é a multinacional produtora de suco de laranja, que explora as terras da Fazenda Santo Henrique (vulgo Fazenda Capim) em Borebi, região de Bauru (SP), a 325 km de São Paulo (SP). A fazenda possui mais de 2,7 mil hectares e, de acordo com o MST, é explorada ilegalmente, pois área faz parte do chamado Núcleo Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e de posse legal da União.

tendo em vista que a reforma agrária somente se efetiva a partir da expressão visível, organizada e contínua na esfera pública:

[...] nas reuniões de coordenação eu sempre levanto essa questão da comunicação para a gente conseguir as reivindicações. Tem companheiro que reclama que faltou mobilização, que foi pouca gente e tal. Mas eu questiono: mas eles foram bem informados disso? Se a gente quer fazer uma marcha ou alguma outra intervenção é preciso chegar até o povo [...], melhorar o nosso projeto de comunicação.

Para a maioria das lideranças do MST entrevistadas, o momento atual é também de enfrentamento com as novas demandas comunicacionais. Ou, antes disso, há indícios de reconhecimento por parte dessas lideranças de que a gênese do espaço público moderno – e até mesmo de um imaginário político contemporâneo –, está cada vez mais articulado com a visibilidade das questões debatidas e com a intervenção possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação. Percebemos, assim, que atualmente uma das características centrais dos movimentos sociais é a criação de processos midiáticos alternativos cujo fim não é apenas afetar as ações do Estado, mas de visibilizar para a sociedade o agendamento de suas pautas e visões de mundo. Assim, a necessidade de agendamento estatal e social praticado pelos movimentos sociais também se entrecruza com a convergência de inúmeros processos midiáticos.

Para João, a estrutura midiática do MST – rádios, *sites*, revistas, audiovisual, jornais, boletins, dentre outros –, é parte integrante das demais frentes que conduzem as ações de luta pela terra. As consideráveis conquistas que se somam no histórico de lutas do MST são, para Luiz, resultado de uma persistente combinação da pressão social e formas de comunicação e de negociação com as autoridades do Estado: “[...] o movimento cresceu muito porque sempre soube pressionar e comunicar as conquistas. Tem vezes que a coisa é mais pressão, barulho e mobilização”. Não se pode desconsiderar, que a mobilização social, segundo os militantes, é um enfrentamento permanente que se faz com o Estado, o qual também é aparelhado por grupos classistas contrários à democratização da terra, como os ruralistas e empresas multinacionais.

Nesse cenário, o maior problema apontado pelos militantes é o fechamento de espaços comunicativos e o controle de informações relevantes, tanto por parte do

Estado, quanto pelos grupos empresariais que controlam os meios comerciais de comunicação.⁶ Na mesma medida, as informações que circulam sobre o MST nesses grandes grupos de comunicação, por exemplo, dificultam a conquista do apoio de certos segmentos sociais, pois, para os militantes, a visão estereotipada do MST criada por tais grupos ergue barreiras enormes, impossibilitando o diálogo aberto, como a comunicação dos fatos à sociedade de modo histórico, e contextualizado.

Essa tensão é nutrida pelos processos de mediação das informações enquanto prática de um sistema de códigos, de signos que alimentam lógicas e semânticas próprias criadas pelo mundo sistêmico (Estado e mercado), os quais cerceiam o acesso das demandas ou vozes oriundas da sociedade civil. Essa problemática de ordem comunicacional, discutida de modo amplo por Habermas (1997, p, 65), compromete não apenas as organizações sociais, mas o desenvolvimento do próprio sistema político, “[...] o qual se fecha em relação a seus ambientes circundantes.” Neste aspecto, os processos de mediação social também se atualizam e se alimentam na lógica dos “campos em confronto”, temática perfeitamente elucidada por Christa Berger (1998).

A produção e o acesso à informação despontam, assim, como um *locus* central de disputa que ativa as diversas práticas mobilizatórias do MST. Isto se manifesta, segundo Altair, a partir do seguinte questionamento: “[...] como fazer o debate se as informações são cada vez mais controladas pelo Estado e pelos ruralistas?”. Na tentativa de responder a esse problema, o MST – valendo-se das diversas estratégias comunicacionais, entre as quais a midiática, sobretudo da *internet* –, também produz e faz circular informações que não encontram espaço ou acolhida nos grandes grupos de mídia.

Nesse ambiente, a produção de informação alternativa e mais horizontal modifica o cenário comunicacional e, por conseguinte, as estruturas de poder institucionalizadas pela hegemonia dos grupos comunicacionais dominantes que não propiciam o agendamento e as deliberações necessárias às reivindicações dos movimentos sociais. A importância de se travar a disputa no campo da informação é

⁶ Os grupos de comunicação mais citados pelos entrevistados são: Rede Globo, Grupo Bandeirantes, Editora Abril e os jornais *O Estadão* e *Folha de São Paulo*.

recorrente no depoimento dos militantes do MST. Para Alceu, “[...] é importante a criação de espaços alternativos de debate para divulgarmos a nossa opinião e para refletirmos sobre os problemas que a sociedade enfrenta”.

A MOBILIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DOS FLUXOS INFORMACIONAIS

Como vimos discutindo, a mobilização social acerca da questão agrária é um desafio político, econômico e social, composto por um conjunto complexo de leis e de interesses cada vez mais atravessado pelos fluxos das redes informacionais, sejam eles tecnológicos ou interpessoais (GOMES, 2004; LACLAU, 1986). Isto é um indicador de que o pressuposto para a mobilização está cada vez mais interligado ao acesso as informações confiáveis e de qualidade, as quais também se caracterizam como matéria prima para o debate público.

Wilson Gomes (2004, p. 112) ressalta que vivemos, atualmente, em “[...] sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidirecional de informação política”. Essa teorização, também se expressa no depoimento de Moisés, assentado e um dos fundadores do MST: “[...] quando ocupamos as primeiras fazendas em 1982 a pior dificuldade era saber o que se passava nas negociações lá na cidade [...]. Agora já tá mais tranquilo, porque sempre tem alguém com o celular ou com um rádio por perto”. A superação das tensões e dos conflitos sociais, bem como a necessidade de visibilidade pública, associa-se à oferta e ao maior acesso à informação qualificada, bem como à crescente produção e acelerada velocidade de circulação em diversos meios e suportes que facilitam os processos de tomada de decisão e de mobilização social.

Para Altair, agricultor assentado em Santa Catarina, “[...] se o companheiro não está bem informado, nem adianta ir debater com as autoridades durante as negociações [...]. As nossas conquistas sempre estiveram ao lado da disputa do debate [...], da informação”. Conforme o militante, a disputa por informação é central nos momentos de negociação com o Estado: “[...] no mês passado, tivemos audiência com

o superintendente do Inbra. Nós cobramos mais clareza nas informações sobre as desapropriações que não saem do papel”.

Esta declaração associa-se ao fato de que a informação também se constitui como um “[...] recurso político indispensável do Estado para a condução do processo político dentro de uma certa normalidade em termos democráticos” (ESTEVES, 2003, p.178). Nesse sentido, as afetações decorrentes do controle informacional também poderão funcionar como dispositivos de controle e de vigilância do mundo simbólico e, na mesma medida, do poder político. Ou seja,

[...] muitas vezes o MST está sob a mira da mídia burguesa, que para nós é um aparelho do Estado [...]. Quando ele [Estado] quer nos criminalizar, ele chama a mídia e diz o que fazer, porque, hoje em dia, a mídia está em todo o lugar, assim, todo mundo parece que está controlado por ela. (Adílio)

Não é novidade que as bases constituintes de qualquer formação do poder estatal sempre estiveram interligadas ou dependentes de processos de produção, armazenamento e de controle da informação, os quais são utilizados para gerir ou reordenar as manifestações sociais dissonantes. Ou, em outras palavras, “[...] a vigilância – controle da informação e superintendência das atividades de determinados grupos sociais por outro – é a chave da expansão dos recursos autoritários do Estado” (ESTEVES, 2003, p. 178). Desse modo, enquanto espaço ativo – que produz sentidos e constitui a sociabilidade contemporânea não apenas de modo instrumental – os processos de mediação social são cada vez mais responsáveis pela abertura de novas interlocuções e interrelações entre o Estado e os movimentos sociais.

Conforme relata Altair, muitas das formas de mobilização são consequências das oportunidades ou das brechas informacionais advindas do Estado: “[...] a gente avança conforme vamos descobrindo e desmascarando as estratégias deles [Estado]. Algumas ocupações a gente decidiu depois de receber informações que escaparam do controle”. Da mesma forma, continua Altair, “[...] a comunicação com eles [Estado] é difícil, porque eles têm o controle. Eles tentam seduzir a gente dizendo: não ocupem essa fazenda por que vai ser politicamente ruim”. A fala de Altair revela que os efeitos da mediação social são capitais para a implantação do poder de Estado e, de um modo mais geral, “[...] para todo o trabalho de coordenação das estruturas sociais

complexas, ao proporcionar níveis mais aceitáveis de coesão e de homogeneidade” (ESTEVES, 2003, p.178).

Para os militantes, a informação – tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos – é indispensável para o conhecimento de como funcionam e se estruturam as estratégias ofensivas do Estado, bem como as oportunidades políticas por ele disponibilizadas: “[...] na luta pela terra, a gente sempre precisa saber dos programas de financiamento que o Estado oferece, mas o camarada precisa ficar esperto pra ver se é coisa boa ou se é mais outra enganação, de endividamento ou de promessa”. (Sebastião, agricultor assentado em Santa Catarina). Esse agricultor também salienta que apenas a quantidade de informação não contribui para o avanço das mobilizações: “[...] quando a gente se encontra com os técnicos da cooperativa, eles sempre falam que tem isso ou aquilo à disposição, mas não adianta. Eles precisam organizar os assentados pra gente debater sobre tudo isso”.

Desse modo, identifica-se que os conteúdos informativos são carregados de sentidos e indicam possibilidades de mobilização social, mas que não podem ficar restritos à transferência (FREIRE, 2006), mas, sobretudo, ao acesso, à participação e à qualidade da informação. Nessa perspectiva, a apropriação das informações possibilita a construção e articulação dos argumentos para o debate e para a visibilidade pública, dinamizado a partir dos processos comunicacionais que ampliam os espaços de participação dos militantes. Para Altair, a mobilização social, a partir das lógicas da midiática social, também é decorrente da problematização da promessa de progresso e de liberdade trazida pelas tecnologias:

[...] este problema [questão agrária] não vai ser resolvido só pelas informações que a gente divulga ou recebe. Isso depende se elas chegam na nossa base, nas periferias. As elites dizem que as tecnologias estão nas mãos de todos [...]. Não é bem assim, porque a informação sobre os direitos ou sobre as leis, nunca sai pro limpo tão fácil.

De modo crescente, as mobilizações sociais também são reflexos da luta contra a promessa tecnológica, que permitiria a todos participar com igualdade dos diferentes meios informacionais proporcionados pela sociedade capitalista (SARLO, 1998). Assim, a midiática social se apresenta via contração informacional, operado pelas elites e pelo Estado, o que para Habermas (1997) proporciona a anulação da autonomia ou da

ação dos diferentes atores sociais, tendo em vista a garantia da sua coesão e controle.

Para os agricultores assentados, conforme relata Altair,

[...] o engajamento aqui nos assentamentos é muito atacado pelos políticos [...], que são também os empresários da cidade [...], pela rádio da cidade. Quando a gente se mobiliza, aí eles vêm dizer que estamos sendo radicais, que não queremos dialogar.

Mesmo assim, esses ruídos na acessibilidade ou na produção informacional demonstram o modo assimétrico e complexo da midiatização, o qual é responsável pela constituição dos sentidos que orientam e fomentam a luta pela hegemonia comunicacional.

Os assentados enfatizam que, diante da dificuldade de acesso às informações para a promoção de serviços públicos, outras formas de mobilização são construídas: “[...] é sempre essa briga com o Estado para conseguirmos as coisas para o assentamento. Enquanto eles fecham uma porta, a gente briga e tenta abrir outras”, diz Altair. Nesse processo de negociação com o Estado, os processos de midiatização ganham centralidade e atenção redobrada, alterando ou mesclando, assim, o curso das antigas práticas comunicacionais com as formas de mobilização e de ataque às ofensivas repressoras dos poderes constituídos.

CONCLUSÃO

Refletir e problematizar sobre as lógicas da midiatização social é ação indispensável para as diversas articulações, projetos, pautas e reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos. Mesmo que as mobilizações se orientem pelas lógicas econômicas do capital ou pelas oportunidades políticas, os movimentos sociais se constituem como articulações de discursos, canais de expressão e de visibilidade pública, que ativam diversas significações, valores, símbolos, práticas sociais e culturais.

Na essência do que compreendemos ser um movimento social – lugar que aglutina, elabora visões de mundo e sistemas de valores e de práticas alternativas aos dominantes –, as práticas comunicacionais, sejam tecnológicas ou não, atuam como mediadoras de ideologias e, sobretudo, como protagonistas e provocadoras de novos

desafios e utopias. Comunicar com clareza, rapidez e globalmente é o desafio e motivação que sustenta a mobilização de coletivos e de grupos alternativos até então isolados e sem voz.

Sendo assim, a prática comunicacional do MST nos autoriza a pensar que a midiatização social não é um fenômeno decorrente do consumo tecnológico, mas de um campo de disputa, ocupação, resistência, produção alternativa, que concretiza novas práticas comunicacionais contestatórias e contra-hegemônicas. Desse modo, os processos de midiatização social são cada vez mais responsáveis pela abertura de novas interlocuções e interrelações entre o MST, a sociedade e as diversas instâncias deliberativas do Estado.

Portanto, a midiatização, como resultado da articulação dos sujeitos organizados a partir das diversas práticas comunicacionais, gera nova atmosfera de valores e um novo modo de se e de atuar do espaço público contemporâneo. Uma nova cultura mobilizatória emerge na sociedade em midiatização, mesmo que não mais orientada por vínculos fortes ou ideologicamente totalizadores. Ou seja, cremos que as transformações sociossimbólicas, causadas pelas afetações comunicacionais, operam novos tipos de mudança social, que motiva, amplifica e reorienta as práticas mobilizatórias do MST.

REFERÊNCIAS

BERGER, Christa. Campos em confronto: a terra e o texto (1998). Porto Alegre: Ed. UFRGS.

BARBAGLI, Marzio; MACELLI, Alessandro. La partecipazione politica a Bologna (1985). Bolonha: Il Mulino.

CARBONAI, Davide. Las perspectivas de la democracia sindical en Italia: el referéndum de los trabajadores. Polis (2010). vol.9, n.27, p. 383-397.

CARTER, Miguel. Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil (2010). São Paulo: Editora Unesp.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer (2011). 17ª Ed. São Paulo, Editora Vozes.

COTTA, Maurizio; DELLA PORTA, Donatella, MORLINO, Leonardo. Fondamenti di scienze politica (2001). Bologna: il Mulino.

ESTEVES, João Pissarras. Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais (2003). São Leopoldo: Editora Unisinos.

FAUSTO NETO, Antonio. In: XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP, junho de 2006. Miatização, prática social – prática de sentido. Grupo de Trabalho “Políticas e Estratégias de Comunicação” (2006). p. 01-15.

FREIRE, PAULO. Extensão ou comunicação (2006). 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2.

GAIGER, Luiz I. Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil (1987). Petrópolis: Vozes.

GENTILI, Victor. Reforma de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito à informação (2005). Porto Alegre: EDIPUCRS.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneas (2004). 4. ed. São Paulo: Loyola.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era de comunicação de massa (2004). São Paulo: Paulus.

GÖRGEN, Sergio Antonio. Marcha ao coração do latifúndio (2004). Petrópolis, RJ: Vozes.

GUSFIELD, J. Social Movements and Social Change: Perspective of Linearity and Fluidity, in L. KRIESBERG (org.), Research in Social Movements, Conflict and Social Change, IV, Greenwich, Conn (1981). Jai Press, pp. 317-339.

IANNI, Otavio. Revoluções Camponesas na América Latina (1988). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre faticidade e validade (1997). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LACLAU, Ernest. Teorias marxistas del estado: debates y perspectivas. In: Lechner, Norberto (ed.). Estado y Política en America Latina, México, Siglo XXI, 1981.

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (1986). São Paulo 1(2):41-7;

LAGROYE, J. *Sociologie politique* (1993). Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova – Revista de Cultura e Política* (1989). São Paulo, n. 17, jun.

MILBRATH L. W. *Political participation* (1965). Chicago: Rand McNally.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação no campo comunicacional: Pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (Org.). *Pensamento comunicacional Latino-Americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico* (2004). São Paulo: Ed. Umesp.

SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida pós-moderna* (1998). Buenos Aires: Ariel.

RIBEIRO, Ednaldo, BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opin. Pública* (2010). vol.16, n.1, pp. 28-64.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: Frustração camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?* (1971). Rio de Janeiro: Zahar.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes – Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação* (2007). São Paulo, ano I, n.1, p. 15-26, jul.-dez.

_____. *Eticidade, campo comunicacional e midiaticização*. In: MORAES, Dênis de. (Org.). *Sociedade midiaticizada* (2006). Rio de Janeiro: Maud.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003* (2005). São Paulo: Expressão Popular.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (1999). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

STRAPAZZON, João Paulo. *E o verbo se fez terra* (1997). Chapecó (SC): Grifos.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Collective Action, Social Movements and Politics* (1994). Cambridge: University Press.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais. Afinal do que se trata?* (2006). Belo Horizonte: Editora UFMG.

TOURAINÉ, Alain. Égaut et différents. Pourrons-nous vivre ensemble? (2003)tr. Pt. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. In: Revista Diálogos de la Comunicación (1997). N. 48. Lima: Felafacs, p.9-17.

VIZER, Eduardo Andrés. Miatização e (trans) subjetividade na cultura tecnológica. A dupla face da sociedade miatizada. In: FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo. Miatização e processos sociais na América Latina (2008). São Paulo: Paulus.

SOBRE OS AUTORES: Joel Felipe Guindani é professor Adjunto e coordenador do curso de Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural -, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estudou Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduou-se em Comunicação Social (Rádio e TV) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Email: j.educom@gmail.com.

David Carbonai é professor adjunto no Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Conseguiu Laurea Magistrale em Ciência Política em 2001 (Università di Firenze) e Doutorado em Sociologia Econômica em 2005 (Università di Teramo). Sempre na Itália, lecionou Sociologia econômica na Università di Teramo e participou de vários projetos de pesquisa na área de relações trabalhistas e de políticas públicas (até 2009). No Brasil, entre as outras, lecionou na Universidade Federal do Pampa (campus de São Borja-RS) (2010-2015). Foi pesquisador visitante na Université Catholique de Louvain-la-Neuve (2009-2010) e na Università di Firenze (2012). E-mail: davidcarbonai@unipampa.edu.br